# Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▸ Ano 5 nº 51

*dezembro 20*

▼ ***AGENDA LEGISLATIVA***
30 propostas avançam no Congresso Nacional

## O que esperar de 2021?

Conheça os cenários mais prováveis para o próximo ano, depois da crise global provocada pela pandemia

**OCDE** ▸ A adesão ao bloco está mais próxima e trará vantagens
**INOVAÇÃO** ▸ Economista Paulo Gala fala sobre política industrial e tecnologia
**CIBERSEGURANÇA** ▸ SENAI treina profissionais para proteger empresas

CNI

# INVESTIR EM EDUCAÇÃO DEIXA O FUTURO CADA VEZ MAIS SEGURO.

Em um mundo em constante mudança, projetos inovadores em educação, saúde e segurança no trabalho ajudam a promover uma verdadeira transformação na indústria e na vida dos trabalhadores. E, para garantir que, no presente, profissionais da indústria brasileira estejam com um pé no futuro, o SESI conta com nove Centros de Inovação que desenvolvem as mais avançadas tecnologias, que beneficiam milhares de trabalhadores. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

**O SESI está construindo hoje o futuro do trabalho.**

**#pelofuturodotrabalho**
**#ofuturodatrabalho**

**Saiba mais em www.sempresesisenai.com.br**
/SESINacional /sesi /sesi-nacional

SESI
*Serviço Social da Indústria*
**PELO FUTURO DO TRABALHO**

# Carta às leitoras e aos leitores

Há um ano, a revista *Indústria Brasileira* dedicava sua reportagem de capa à agenda de reformas estruturais do país, com foco na melhora das condições de negócios no Brasil e no aumento da produtividade das empresas nacionais. Avistava-se, então, um ano muito positivo, que finalmente pusesse fim ao ciclo de retração econômica iniciado em 2015 e se beneficiasse do ímpeto reformista da atual legislatura no Congresso Nacional.

Nada como um dia após o outro. Ou como um ano depois do outro... 2020 trouxe desafios ainda maiores para a economia brasileira – e mundial – com uma pandemia de proporções ignoradas pelas gerações que hoje habitam o planeta. Com mais de 1,5 milhão de mortos pela Covid-19 em todo o mundo, sendo 175 mil só no Brasil, a preocupação de todos centrou-se, com razão, em medidas emergenciais e de curto prazo. Agora precisamos voltar a trabalhar sobre nossos problemas estruturais.

Ainda não se sabe o que 2021 nos reserva. Mas pode-se dizer o que ele não nos reserva. Segundo os especialistas ouvidos na reportagem de capa desta edição, no próximo ano, ainda precisaremos dedicar muitos esforços à recuperação dos efeitos da pandemia, enquanto tratamos de evitar ou ao menos minorar os impactos de uma segunda onda, que já chegou à Europa e aos Estados Unidos.

É hora de colocar as contas em ordem, buscando equilibrar uma retomada da disciplina fiscal com a manutenção de incentivos necessários à sustentação da atividade econômica e dos empregos, tão importantes para estimular o consumo e a produção, que fazem a roda da economia girar. É hora, também, de cuidar de reformas estruturais, como a tributária e a administrativa, que prejudicam nossa produtividade e pesam sobre as contas de quem trabalha e produz.

O cenário atual, contudo, também aponta razões para otimismo, em temas que têm avançado em meio à crise. Como você verá nas reportagens deste último número de 2020, a *Agenda Legislativa da Indústria* registrou 30 vitórias muito importantes ao longo do ano. Além disso, estamos próximos de receber uma carta-convite para aderirmos finalmente à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, em breve, concluiremos nossa integração ao Protocolo de Nagoia sobre governança da biodiversidade.

Boas festas, boa leitura e, enquanto durar a pandemia, proteja-se e proteja as pessoas próximas a você! A próxima edição da *Indústria Brasileira* será em fevereiro de 2021. Até lá!

*Conheça o Sistema Indústria*

**CNI**
facebook ▸ cnibrasil
flickr ▸ cniweb
instagram ▸ cnibr
twitter.com ▸ cni_br
linkedin ▸ cni-brasil
youtube ▸ cniweb

**SESI**
facebook ▸ SESINacional
youtube ▸ sesi
linkedin ▸ sesi-nacional

**SENAI**
facebook ▸ senainacional
instagram ▸ senai_nacional
twitter ▸ senainacional
youtube ▸ senaibr
linkedin ▸ senai-nacional

**IEL**
facebook ▸ IELbr
instagram ▸ ielbr
twitter ▸ iel_br
linkedin ▸ iel-nacional

# sumário

*edição nº 51* *dezembro 2020*

**6** ARTIGO DO PRESIDENTE

**8** REPORTAGEM DE CAPA
Especialistas em indústria, macroeconomia e política traçam os cenários mais prováveis para 2021

**16** INFOGRAFIA
Um balanço das propostas emergenciais e estruturais enviadas pela CNI ao setor público para ajudar o país a enfrentar a pandemia

**18** OCDE
Brasil está cada vez mais perto de integrar o bloco econômico e aderir a novas práticas que devem facilitar sua inserção global

**22** PAULO GALA
O economista e professor fala sobre política industrial, inovação e financiamento do setor produtivo brasileiro

**24** INDÚSTRIA EM AÇÃO
Otimismo marca o posicionamento da CNI sobre a eleição de Joe Biden e Kamala Harris nos Estados Unidos

**26** COMPETITIVIDADE
Conheça os detalhes do Protocolo de Nagoia, sobre acesso e repartição de recursos de biodiversidade no mundo, firmado pelo Brasil

**30** AGENDA LEGISLATIVA
CNI e parlamentares fazem um balanço dos 30 principais avanços da pauta da indústria no Congresso Nacional

**34** ENTREVISTA
Rodrigo Agostinho, deputado federal pelo PSB de SP e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, fala sobre os desafios florestais e urbanos do país

**36** TERMÔMETRO
*Sondagem Industrial* de outubro mostra aumento da produção e das contratações, em novo patamar da recuperação econômica

**38** ESTUDOS
Volume produzido e horas trabalhadas crescem no terceiro trimestre, diz CNI.

**40** GIRO BRASIL
FIER e CNI prestam homenagem ao dirigente industrial Rivaldo Fernandes Neves, falecido em novembro

**42** CIBERSEGURANÇA
SENAI inaugura academia para incentivar a formação e qualificação de profissionais que ajudem as empresas a se protegerem de ataques cada vez mais frequentes

**45** PODE CONTAR
Flávia Tampelli, bolsista no curso de Design de Moda no SENAI Cetiqt, fala sobre o papel da instituição na sua carreira

**46** OUTRA VISÃO
Bruno Sacute Iório, especialista da Mitsubishi Electric, explica a transição da indústria de alimentos e bebidas para o modelo 4.0

***Revista Indústria Brasileira***
Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

***Confederação Nacional da Indústria* – CNI**

▸ **DIRETORIA**

**PRESIDENTE**
Robson Braga de Andrade

**VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS**
Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

**VICE-PRESIDENTES**
Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

**1º DIRETOR FINANCEIRO**
Jorge Wicks Côrte Real

**2º DIRETOR FINANCEIRO**
José Carlos Lyra de Andrade

**3º DIRETOR FINANCEIRO**
Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

**1º DIRETOR SECRETÁRIO**
Amaro Sales de Araújo

**2º DIRETOR SECRETÁRIO**
Antonio José de Moraes Souza Filho

**3º DIRETOR SECRETÁRIO**
Marcelo Thomé da Silva de Almeida

**DIRETORES**
Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

▸ **CONSELHO FISCAL**

**MEMBROS TITULARES**
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

**MEMBROS SUPLENTES**
Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco
de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

**DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO**
Ana Maria Curado

***Superintendência de Jornalismo***
**CNI/SESI/SENAI/IEL**

**SUPERINTENDENTE**
José Edward Lima

**GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO**
Rodrigo Caetano

**GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS**
Mariana Flores

***Desenvolvimento e Produção***

▸ **FSB COMUNICAÇÃO**

**CONSULTOR EDITORIAL**
Wladimir Gramacho

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**
Rachel Mello (DF 3877/95)

**REPORTAGEM**
Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana Flávia Flôres e Marina Simon.

**PROJETO EDITORIAL**
Guto Rodrigues

**REVISÃO DE TEXTO**
Renata Portella

**CAPA**
GettyImages

***Informações técnicas:***
tel (61) 3317-9472
fax (61) 3317-9456
revistacni@cni.org.br
Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

# 2021, o ano da retomada

▸
*Robson Braga de Andrade*
empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O ano de 2020, que está terminando, foi um dos mais desafiadores que o mundo enfrentou na história recente, em função da crise sanitária e econômica gerada pela Covid-19. Entraremos em 2021 com esperanças de uma retomada gradual, mas consistente, da economia, que permita ao Brasil voltar a crescer e se desenvolver.

O setor produtivo ainda sofre com os efeitos negativos ocasionados pela pandemia, mas a economia já dá sinais de recuperação. Neste momento, precisamos renovar a confiança e trabalhar firmemente para que a crise seja superada o mais rapidamente possível.

Lamentamos enormemente que o coronavírus continue ceifando preciosas vidas aqui e lá fora, provocando dor nas famílias. Graças ao esforço de cientistas e governos em todo o mundo, porém, a vacinação está começando em alguns países e deve se disseminar rapidamente. Isso nos dá a certeza de que o ano que vem será bem melhor do que 2020, tanto do ponto de vista da saúde de todos nós quanto da indispensável recuperação da atividade econômica. Ao longo dos meses, indústria, serviços, agropecuária e turismo vão se reaquecer, trazendo, aos poucos, a bonança de volta aos lares.

Ainda que num ritmo aquém do desejável, a economia está fechando este ano e vai entrar em 2021 num cenário positivo, o que nos proporciona uma base mínima para continuar avançando. Para isso, é preciso que o país persevere no caminho das medidas econômicas, em especial das reformas estruturais, imprescindíveis para a melhora do ambiente de negócios. Temos que preparar o terreno, removendo crônicos obstáculos à expansão num ritmo vigoroso, para conseguir uma retomada sustentável da economia, sobretudo com a redução do desemprego, flagelo que pesa sobre quase 14 milhões de brasileiros.

Nunca é demais reiterar que a reforma tributária é fundamental para acabar com o emaranhado de leis, decretos, portarias, instruções normativas e outras tantas regras que estabelecem obrigações descabidas, transformando o dia a dia dos empreendedores e dos trabalhadores em um sofrido pesadelo. Simplificando o sistema de cobrança de tributos e cortando a burocracia, vamos dar um passo gigantesco para estimular os investimentos, a abertura de empresas e a geração de empregos. Isso também facilitará o funcionamento e a expansão das companhias já existentes.

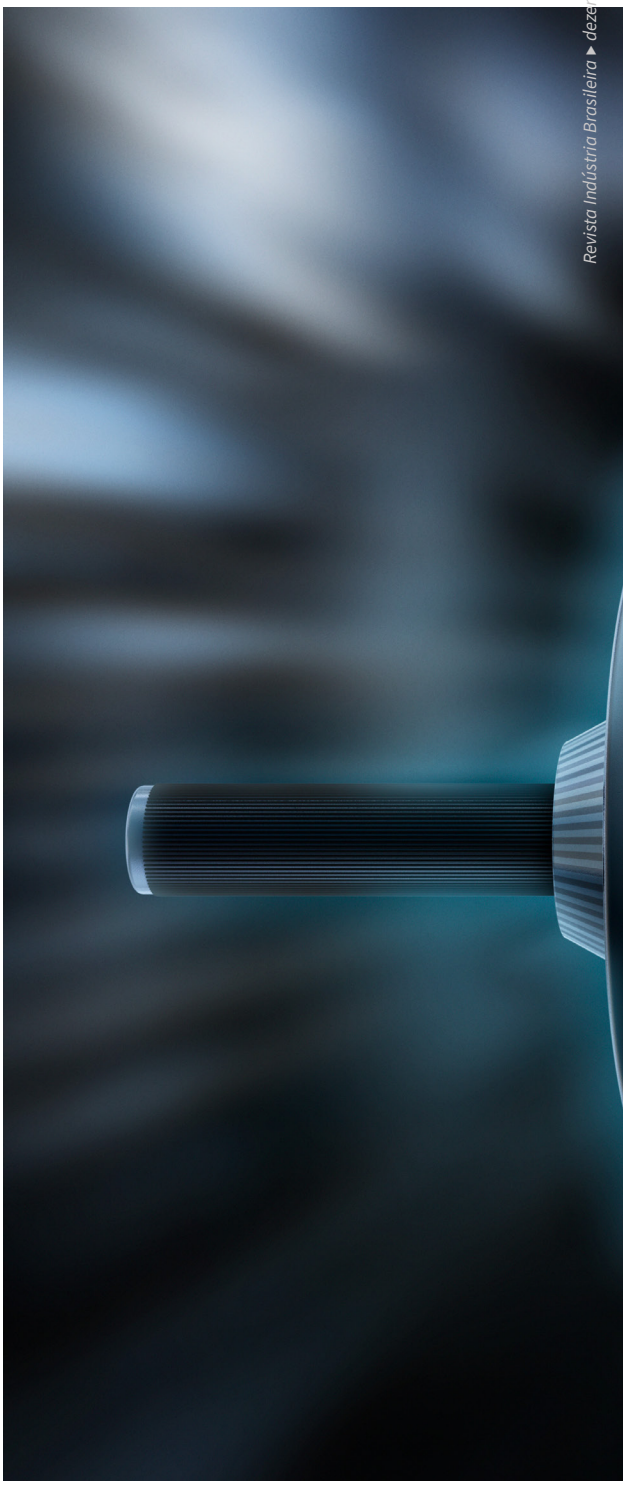
O país também necessita de uma reforma administrativa que torne o Estado mais eficiente, provendo melhores serviços públicos a custos menores. Ainda que governo e Congresso concluam que é preciso prorrogar o auxílio emergencial dado à população mais vulnerável, em razão da pandemia, é essencial que se aponte para a recuperação do equilíbrio fiscal a médio e longo prazos. O controle das despesas e a contenção do endividamento público são requisitos fundamentais para a confiança dos investidores e para o crescimento econômico sem inflação. A racionalização dos gastos públicos deve ser feita de maneira criteriosa, mas firme.

Sabemos todos que o Brasil é uma terra plena de oportunidades, habitada por uma gente trabalhadora e com o temperamento voltado para a alegria. Nas últimas décadas, tivemos outras viradas de ano marcadas por incertezas, mas nunca esmorecemos. Com otimismo, determinação e esperança, sempre demos a volta por cima. Vamos conseguir mais uma vez, ninguém tenha dúvidas.

Renovemos a nossa confiança em dias melhores, que certamente virão. Desejo um Feliz Natal a todos e um excelente 2021, cheio de saúde, paz, realizações pessoais e prosperidade para o nosso país. ■

# V, U, K ou W? Uma letra para 2021

ESPECIALISTAS DIZEM QUE, SE AS MEDIDAS CORRETAS FOREM TOMADAS, O PAÍS ASSISTIRÁ A UMA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NO ANO QUE VEM, MAS APOSTAM QUE ELA SERÁ LENTA, GRADUAL E HETEROGÊNEA



A recuperação da economia no segundo semestre de 2020 deve se manter ao longo do próximo ano, com um maior ritmo de crescimento a partir de julho. Entretanto, ainda há muitas incertezas sobre o cenário político para 2021, principalmente em relação ao compromisso do governo Jair Bolsonaro com o ajuste fiscal, à aprovação de novas reformas estruturais como a tributária e à adoção de medidas para conter o desemprego, que deve aumentar ao longo dos próximos meses.

Também contribuem para esse quadro de incertezas a indefinição sobre a manutenção do auxílio emergencial, ainda que num valor menor e somente nos primeiros meses de 2021, e a disputa pelas presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em fevereiro. Na área sanitária, o progresso das vacinas contra a Covid-19, que começaram a ser aplicadas na Europa em dezembro, é uma notícia positiva, mas ainda há dúvidas sobre como os novos casos da doença poderão impactar as economias brasileira e mundial.

Natalie Victal, economista da gestora Garde Asset, afirma que a questão fiscal é o principal desafio da área econômica a ser resolvido pelo governo federal no próximo ano. Segundo ela,

Uma das maiores preocupações é a situação fiscal do país, conforme apontaram a economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi, e o economista Eduardo Gianetti em debate no Encontro Nacional da Indústria (ENAI)

▲
No início do ano, o crescimento será mais lento, mas no segundo semestre haverá mais espaço, prevê Natalie Victal, analista da Garde Asset

houve um aumento da dívida pública no esforço de combater os efeitos da Covid-19, mas ainda não está claro como o governo pretende encaminhar esse tema. "Não sabemos ainda como tudo vai funcionar. Quando a gente conversa com as pessoas em Brasília, os sinais que alguns agentes emitem são conflitantes", explica.

"Dependendo da escolha, vemos um cenário diferente. Caso a escolha seja o comprometimento com a manutenção da sustentabilidade fiscal de médio a longo prazo, o crescimento vai ser um pouco mais lento no primeiro semestre, porque a economia precisa, na nossa cabeça, digerir tudo que aconteceu ao longo desse 2020. Mas, se não houver compromisso fiscal, o crescimento será menor", prevê a economista da Garde Asset. "Estamos falando de uma economia que está anestesiada. Você tinha um paciente que estava doente, precisou tomar vários analgésicos e agora precisa se recuperar", compara Natalie Victal.

No início do ano, aposta ela, o crescimento será mais lento e, no segundo semestre, haverá mais espaço para crescer com estímulos monetários. "Setores mais sensíveis à taxa de juros estão decolando bem, como o imobiliário, o da construção civil e o de venda de automóveis", afirma Natalie, que projeta um crescimento de 3% para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2021, com maior recuperação no segundo semestre.

Marcelo Portugal, consultor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), diz que os desafios para 2021 são os mesmos de 2020. Segundo ele, isso significa conter a epidemia da Covid-19 na área sanitária e reconstruir o equilíbrio fiscal, que foi abandonado temporariamente neste ano. "Vamos terminar 2020 com um enorme déficit público. O principal desafio, portanto, é conseguir um arranjo político que permita ao governo federal respeitar o orçamento enviado, e ainda não aprovado, ao Congresso. Nele, o teto de gastos é respeitado e o setor público entra em uma trajetória gradual de ajuste fiscal. É um desafio monumental", reconhece.

## ÂNCORA FISCAL

Para ele, o Brasil precisa manter a regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. "Essa é, atualmente, a única âncora fiscal efetiva da economia brasileira. Sem ela, o câmbio e a inflação continuarão se elevando. Se o Banco Central tiver de elevar os juros para combater a inflação, a situação vai se agravar ainda mais, pois mais juros implicam um maior serviço da dívida pública. Em 2021 temos de vencer um desafio que estamos adiando faz muitos anos: fazer o setor público caber dentro de um orçamento limitado", defende Portugal.

"No Brasil, estamos precisando de um ajuste fiscal significativo", concorda a economista Vilma Pinto, especialista em política fiscal e pesquisadora licenciada do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), ligado à Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). "Desde 2014, viemos apresentando déficit nas contas públicas. Havia um processo de melhora bem gradual, com o déficit diminuindo, mas agora, com a pandemia, esse sinal se inverteu completamente. Há muita incerteza do ponto de vista fiscal", diz Vilma Pinto.

Entre as incertezas, ela cita a manutenção do auxílio emergencial, tema que vem

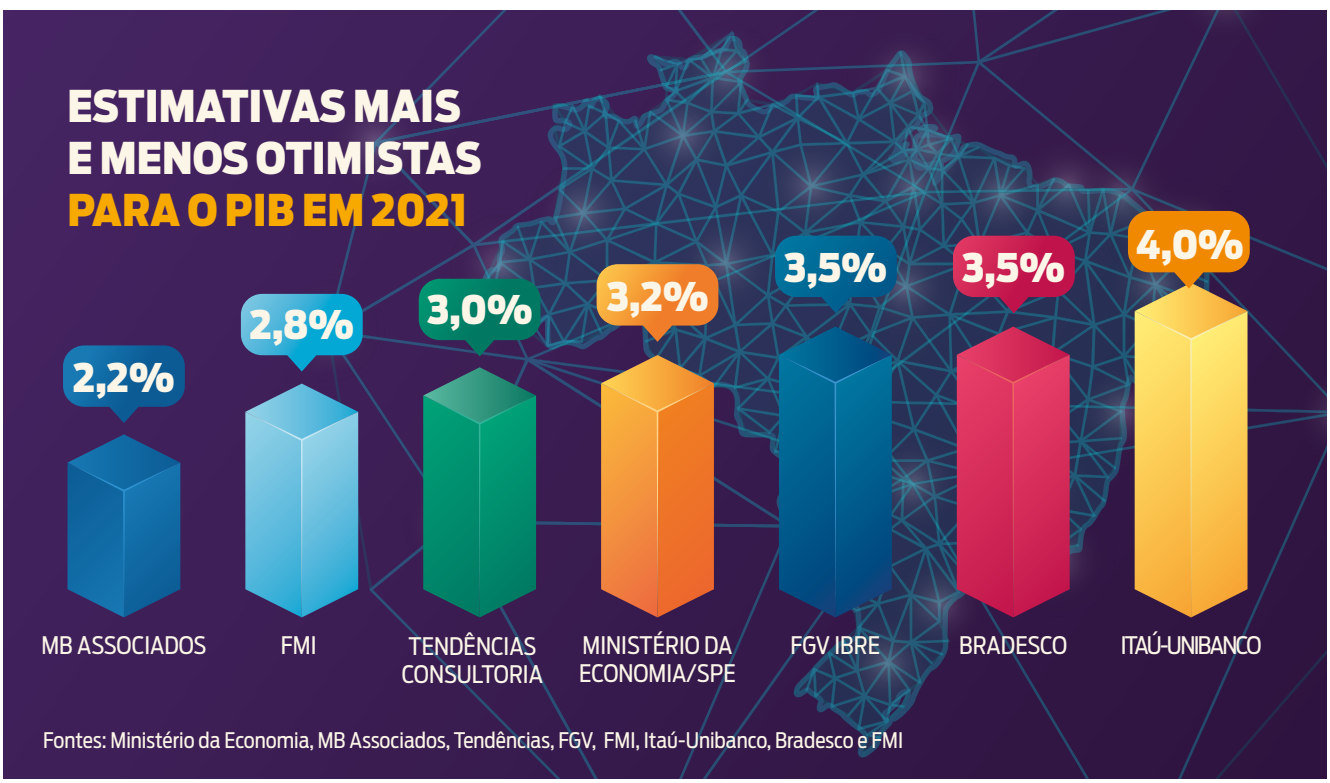
▲
Assista ao painel do ENAI *Perspectivas para a Economia Brasileira*

sendo discutido pelo presidente Jair Bolsonaro com sua base de apoio no Congresso Nacional. "Era para ser uma medida emergencial exclusivamente para preservar a renda das famílias mais suscetíveis aos impactos econômicos das medidas de isolamento social e que agora está vindo com uma nova roupagem, na qual o governo tenta viabilizar isso de forma contínua. Há um risco fiscal de como fazer isso e, ao mesmo tempo, manter o processo de ajuste fiscal gradual dos últimos anos", pondera a economista do IBRE.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, "em 2021 temos que criar condições para um crescimento sustentado". Isso implica, segundo ele, "tomar medidas urgentes". "As prioridades devem ser aprovar as reformas tributária e administrativa e cumprir o teto de gastos públicos para viabilizar o equilíbrio fiscal", aponta Andrade. O presidente da CNI ressalta, também, que há outras medidas importantes na agenda legislativa, como o projeto que proíbe o contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de fomento à inovação, e a Nova Lei do Gás. Ambos os projetos já estão em estágio avançado de tramitação no Congresso Nacional.

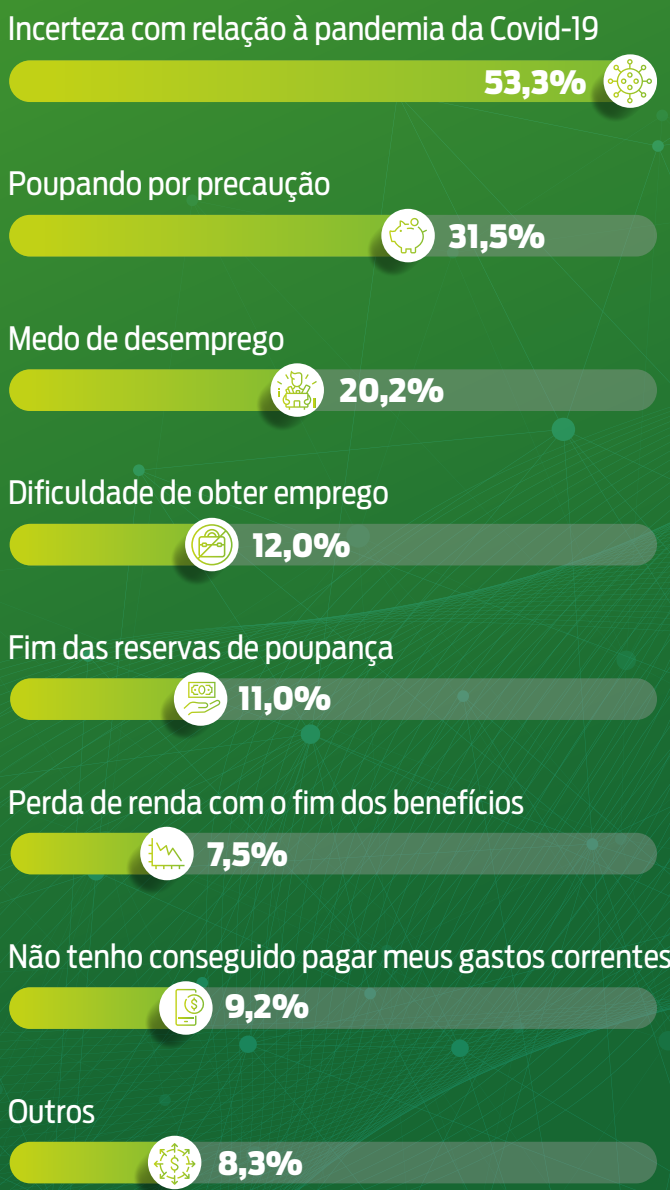
No *Boletim Macro* de novembro, o IBRE estima que 2020 deve fechar o quarto trimestre com desaceleração do ritmo de crescimento. "A redução do valor do auxílio emergencial, a antecipação, para o segundo trimestre, do pagamento do 13º de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), totalizando R$ 47 bilhões, e a recuperação lenta do mercado de trabalho são as principais forças por trás dessa desaceleração", detalha o documento. Em termos de perspectivas para 2021, o que preocupa mais é a paralisia na agenda de reformas estruturais e as declarações sobre uma possível extensão de estímulos fiscais no ano que vem, avalia o IBRE.

Conforme o boletim, esse quadro de paralisia e pouca preocupação com a deterioração do quadro fiscal prejudica os



## POR QUE OS CONSUMIDORES SE RETRAÍRAM?

*Fatores que levaram ao adiamento do consumo de bens e serviços (em %)*




Fonte: Boletim Macro FGV-IBRE, novembro/2020.

mercados e limita os ganhos resultantes do aumento do apetite dos investidores pelo risco. "Sem uma solução para o impasse fiscal, as condições financeiras continuarão apertadas, prejudicando a recuperação da economia brasileira em 2021. Além disso, um cenário de maior incerteza fiscal pode tornar os choques inflacionários de curto prazo mais permanentes", explicam os economistas Armando Castelar Pinheiro e Silvia Matos na apresentação do *Boletim Macro*.

### MEDIDAS EMERGENCIAIS

O ajuste das contas públicas também foi o foco do painel *Perspectivas para a Economia Brasileira*, realizado em 18 de novembro, primeiro dia do *Encontro Nacional da Indústria* (ENAI), com participação da economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi, e do economista Eduardo Gianetti. Na avaliação deles, as medidas emergenciais adotadas pelo governo para o enfrentamento da pandemia foram importantes para reduzir os impactos negativos na economia, mas não podem se perpetuar sem conter outras despesas dentro do teto de gastos.

Segundo Giannetti, a questão do ajuste das contas públicas é fundamental, ainda mais porque há muitas incertezas em relação à dinâmica da pandemia, ao momento em que sairá a vacina para combater o coronavírus e ao comportamento de consumidores e investidores. "Precisamos recuperar a confiança na economia brasileira; precisamos dessa ancoragem fiscal, por meio de reforma administrativa, privatizações e concessões e manutenção de taxa de juros baixa", destacou o economista.

Vescovi acrescentou que outro ponto prioritário é a retomada das discussões sobre a reforma tributária para tornar o ambiente mais favorável aos negócios. Para ela, não é necessário aumentar a carga tributária se a sociedade desejar um Estado menor. "Trazer eficiência nesse campo, onde temos ineficiência, poderá trazer aumento da arrecadação via uma economia mais pujante", disse.

Renato da Fonseca, gerente-executivo de economia da CNI, também cita o cenário de incertezas, mas afirma que as medidas adotadas pelo governo foram importantes para evitar uma queda maior do PIB. Segundo ele, será necessário manter alguns dos estímulos adotados pelo governo. "Os benefícios estão terminando. Dificilmente, o Congresso vai deixar de estender o auxílio emergencial. Você precisa ter todo esse aparato ou vai morrer na praia", resume o executivo.

Segundo Fonseca, se uma segunda onda da Covid-19 chegar ao Brasil, novas medidas de isolamento encontrariam as empresas e as pessoas mais fragilizadas. "Se houver uma reedição das medidas de distanciamento similares às que tivemos, você pode esperar o mesmo, uma pancada muito forte no comércio. Toda a recuperação irá por água abaixo e você começa tudo de novo". Mas, independentemente disso, ele também estima que o ritmo de crescimento será menor no primeiro semestre de 2021.

"Há um período que vai durar até o final do primeiro trimestre de 2021, com falta de insumos e dificuldade de atendimento de demanda. Isso está espalhado na indústria. Temos um problema de oferta, de desorganização, que é normal numa crise dessas, mas isso leva tempo. O impacto na inflação é temporário. A dificuldade do consumidor em adquirir também é temporária", comenta Fonseca, que estima uma melhora a partir do terceiro trimestre, com "um crescimento não muito forte".

## NOVA ONDA

Em relação a 2021, o cenário de curto prazo apresenta algumas interrogações, diz, cauteloso, Leonardo Carvalho, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "Uma delas diz respeito à possibilidade de uma nova onda crescente de contágio e mortes pela Covid-19, o que poderia significar o retorno de algumas medidas de isolamento e restrições ao funcionamento de algumas atividades. Outra interrogação diz respeito à inflação, cujos efeitos parecem ser menos temporários que o previsto anteriormente, podendo gerar alguma pressão sobre a política monetária", detalha ele.

▲ "Estamos precisando de um ajuste fiscal significativo", alerta Vilma Pinto, pesquisadora do IBRE/FGV-RJ

Segundo Carvalho, a economia brasileira iniciou uma recuperação até certo ponto surpreendente já a partir do mês de maio. "Tanto a produção industrial quanto o comércio varejista seguem apresentando um desempenho bastante positivo. Ambos os setores já se situam em patamares superiores àqueles observados em fevereiro, período imediatamente anterior ao recrudescimento da pandemia. Já o setor de serviços, cuja atividade foi mais afetada pelas medidas de isolamento social, apresenta uma trajetória de recuperação mais modesta", diz ele, que espera avanço nas reformas estruturais, no qual inclui a reforma administrativa, e na agenda microeconômica em 2021.

A exemplo dos demais entrevistados, ele também considera a condução da política fiscal outro ponto de interrogação. "Embora as medidas adotadas pelo governo tenham se mostrado bem-sucedidas no enfrentamento dos efeitos da Covid-19 sobre a renda da população, a busca por um orçamento equilibrado, que resulte numa trajetória da dívida pública não explosiva, continua

se fazendo necessária", afirma o pesquisador do Ipea. Segundo ele, "caso os efeitos de uma possível segunda onda de Covid-19 não surpreendam negativamente, espera-se que o setor de serviços possa apresentar uma recuperação mais vigorosa em 2021".

Levantamento realizado para a CNI pelo Instituto FSB de Pesquisa com executivos de 509 empresas industriais, entre 23 de outubro e 12 de novembro, mostra que 55% dos entrevistados esperam uma expansão da economia brasileira em 2021. Questionados sobre a expectativa para os próximos três meses, essa estimativa cai para 40%. Em relação ao faturamento para 2021, 62% dos entrevistados esperam aumento.

## QUE LETRA?

O ritmo de recuperação da economia ainda é uma grande dúvida e há várias letras que podem descrevê-lo, diz o gerente-executivo da CNI Renato da Fonseca. "Pelo gráfico, a recuperação foi em V, mas não é um V perfeito. O serviço não recuperou, então é K. Mas o que é isso? A grande questão é: vamos conseguir recuperar rápido? Não só o Brasil, mas o mundo todo conseguiu se recuperar rápido. Se você pegar os dados de crescimento de produtos na Europa, na China e nos Estados Unidos, a recuperação foi muito rápida. O problema é que agora, na Europa, está tendo um novo impacto. Você pode dizer que é recuperação em W", diz Fonseca. Ele lembra que a crise de saúde voltou e que os problemas atuais não foram provocados pela economia. "Houve políticas bastante apropriadas. O governo gastou mais do que poderia, mas era uma exceção, coisa temporária", defende Fonseca.

Sócia da consultoria Tendências, a economista Alessandra Ribeiro acrescenta mais um ingrediente nessa sopa de letras para tentar classificar o desempenho da economia brasileira em 2020. "Eu diria que seria uma raiz quadrada. Uma parte da recuperação é relativamente rápida, em alguns setores, mas em outros é bem mais gradual. Não é nem U, nem V. É uma parte rápida e outra mais lenta. A parte de comércio é bem rápida. Já a da indústria e dos serviços é mais lenta", explica. Para ela, a pandemia ainda será um desafio porque, mesmo com uma vacina, o processo de imunização não será rápido.

"Nosso cenário básico é de crescimento, mas há um risco de a pandemia conter o crescimento da economia neste final de ano e no começo do ano que vem. A expectativa é de crescimento, mas a pandemia ainda pode conter esse ritmo. Em relação à questão fiscal, a agenda foi postergada ao longo de 2020 e há algumas incertezas. Meu cenário ainda é de manutenção do teto, mas tem também um programa tipo *Renda Brasil*, que seria uma extensão do *Bolsa Família*. Ele é bem menor do que um auxílio emergencial, mas tem algo nessa linha, dada nossa restrição fiscal", justifica Alessandra Ribeiro.

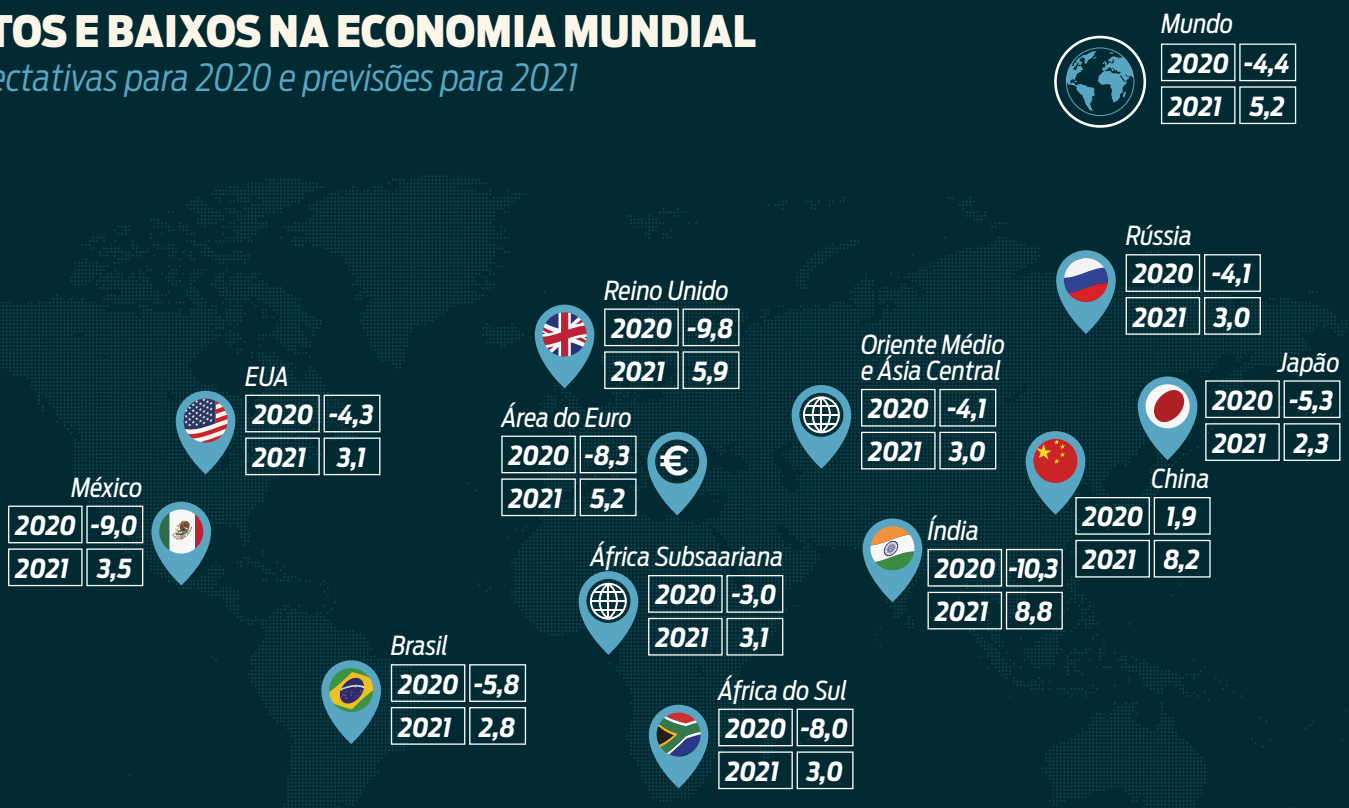
Para Maurício Salvador, presidente da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), setor que cresceu no período da pandemia, o cenário global para 2021, com a chegada da vacina, é promissor. "Há muita liquidez global mais propensa a risco em mercados emergentes. O investimento estrangeiro já começou a entrar forte no início de novembro e deve continuar no ano que vem. Como sempre, temos um trabalho de casa a ser feito, do ponto de vista de ajustes fiscais e reformas. Se fizermos a nossa parte, o Brasil realmente terá um ano de forte recuperação e crescimento", estima.

Para o dirigente da ABComm, os investidores estão mais abertos a tomar riscos e isso vai beneficiar o Brasil na rota do capital global. "Com a retomada à vida normal e a chegada da vacina, o consumidor também estará mais confiante e o consumo aumentará. A economia volta a girar e os setores que ficaram mais prejudicados terão uma demanda reprimida maior, tais como eventos e turismo. A economia digital teve um crescimento surpreendente durante a pandemia. Mais de 6 milhões de brasileiros compraram pela primeira vez na internet entre abril e julho. Mais de 150 mil empresas abriram lojas virtuais nesse mesmo período", explica Salvador.

Editora da *Carta Agro* do Ipea, a pesquisadora Ana Cecília Kreter chama a atenção

## ALTOS E BAIXOS NA ECONOMIA MUNDIAL

*Expectativas para 2020 e previsões para 2021*




Fonte: FMI

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

ainda para as exportações agrícolas, que podem ser afetadas em função das críticas internacionais ao aumento do desmatamento no Brasil, principalmente para a Europa. "Os dados mostram que, neste ano, houve queda nas exportações de frutas e até mesmo carne. Quanto a gente olha para o que o Brasil está exportando, o desempenho do setor só não foi pior porque a China comprou muito e compensou quedas em outros mercados", diz a especialista do Ipea.

Além disso, a posse de Joe Biden nos Estados Unidos deve aumentar as pressões internacionais para mudanças na política ambiental brasileira. "O governo vai ter que mostrar medidas mais concretas para tentar evitar qualquer efeito negativo, seja para exportações ou investimentos", alerta Alessandra Ribeiro, da Tendências. Em poucos dias, saberemos que letra 2021 estará desenhando para o país. ■

◂ Nova onda da Covid-19 preocupa e pode provocar novo isolamento, diz Leonardo Carvalho, economista do Ipea

# A AÇÃO DA CNI CONTRA A CRISE

SAIBA COMO A ENTIDADE ATUOU PARA **REDUZIR OS EFEITOS DA PANDEMIA** SOBRE A ECONOMIA

FORAM APRESENTADAS **69 PROPOSTAS AO SETOR PÚBLICO**

| | |
|---|---|
| **43 PROPOSTAS** JÁ FORAM ADOTADAS | **62%** |
| **11 PROPOSTAS** FORAM PARCIALMENTE ADOTADAS | **16%** |
| **15 PROPOSTAS** AINDA NÃO FORAM ADOTADAS | **22%** |

## REDUÇÃO DE DESPESAS DAS EMPRESAS

- Adiar o pagamento de tributos
- Adiar o pagamento de empréstimos de linhas públicas
- Reduzir a burocracia
- Suspender, temporariamente, os prazos de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal

## RELAÇÕES DE TRABALHO

- Redução da jornada de trabalho e do salário de forma proporcional
- Ampliação do lay-off
- Redução das exigências para a realização do teletrabalho
- Ampliação do banco de horas

## AUMENTO DA OFERTA DE CAPITAL DE GIRO

- Aumentar a liquidez do sistema financeiro
- Prover empréstimos públicos e garantias às empresas

## LINHAS DE FINANCIAMENTO

- Criação do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)
- Criação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE)
- Criação do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC)

## REGULAÇÃO

- Prorrogação, temporária, de licenças obrigatórias, certidões, certificados e atestados de regularidade
- Prorrogação, temporária, das CNDs com vencimento durante a pandemia

## COMÉRCIO EXTERIOR

- Prorrogação, temporária, do prazo de cumprimento de exportação, no âmbito dos regimes aduaneiros especiais, referentes a atos concessórios outorgados e solicitações que vencerão até dezembro de 2020

## MEIO AMBIENTE

- Prorrogação dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos
- Suspensão, temporária, da emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água
- Prorrogação das Autorizações de Exploração (AUTEX) de florestas nativas

FONTE: CNI

RGANISATION DE
OOPÉRATION ET
E DÉVELOPPEMENT
CONOMIQUES
AND
EQUALITY
TO
INCLUSION
AND
INTEGRITY

Brasil já adotou 93 dos 245 instrumentos legais da OCDE e, entre os candidatos atuais, é o que tem maior aderência aos requisitos de aceitação

# Mais perto da OCDE

APÓS ANOS DE ESPERA, O BRASIL SE PREPARA PARA RECEBER, EM 2021, O CONVITE PARA INTEGRAR A OCDE. A ADESÃO, ENTRETANTO, AINDA DEPENDERÁ DO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

Falta pouco. Segundo Marcelo Barros Gomes, secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, "o Brasil espera receber, em 2021, a carta-convite da OCDE para que possa iniciar o processo formal de acessão". A expectativa sintetiza anos de investimento do país na pavimentação da sua entrada no seleto grupo de membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em 2020, diversos passos foram dados nesse sentido, como a adesão a mais de 15 instrumentos normativos da organização; a aceitação do Brasil como membro participante do Comitê de Política do Consumidor; e o avanço nas negociações para aderir aos Códigos de Liberalização da OCDE. Além disso, foi criada a Secretaria Especial de Relacionamento Externo (Serex), no âmbito da Casa Civil, para coordenar as ações do Poder Executivo voltadas ao pedido de adesão do Brasil à entidade.

Outra ação relevante do governo neste ano foi o envio, ao Congresso Nacional, do texto do acordo entre o Brasil e a OCDE relativo à criação de um escritório da organização no país. Desdobramento do acordo assinado em Paris

em 2017, o escritório deve funcionar como ponto de contato com o secretariado da OCDE, bem como ponto de apoio a eventos e missões a serem realizados no Brasil.

Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Abijaodi acredita que a importância da criação de uma representação da OCDE no país vai muito além da formalidade. "Quando instalado, esse escritório irá permitir que muitas análises qualitativas dos trabalhos e estudos da organização sejam acompanhadas mais de perto, o que irá contribuir para a negociação de pleitos importantes para a indústria brasileira".

## LONGA JORNADA

Apesar da expectativa de que a carta-convite chegue em 2021, isso não significa que o Brasil será efetivado já no próximo ano. Até que isso ocorra, há uma série de requisitos a serem cumpridos. "A partir dessa formalização, colocaremos em prática um roteiro de trabalho para a acessão, a ser aprovado por consenso por todos os membros da organização", explica o secretário especial da Serex.

Já tendo aderido a 93 dos 245 instrumentos legais da OCDE, e com outros 50 instrumentos em análise, o Brasil é, entre os candidatos atuais, o que tem maior aderência aos requisitos. Contudo, o processo de acessão não possui prazo determinado para ser concluído. "A Colômbia, por exemplo, terminou seu processo de acessão recentemente e este durou sete anos. Outros países concluem em menos tempo. O Brasil está preparado para acelerar, ao máximo possível, o seu processo", afirma Marcelo Barros Gomes.

O diretor da CNI também acredita que 2021 será um ano de avanços significativos no que se refere à entrada do país na OCDE. "Pelas manifestações recebidas de países-membros a favor da entrada do Brasil, consideramos que podemos contar com a aprovação da grande maioria dos membros. Em junho haverá a posse de um novo secretário-geral na OCDE e, durante o próximo semestre, deverá haver um avanço nos debates sobre a entrada de novos membros, o que nos permite supor que poderá haver uma concretização desse pleito ainda em 2021", analisa Abijaodi.

Para o professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Jorge Ramalho, a entrada do Brasil na OCDE resultará de um longo processo de redefinição de políticas públicas. Também dependerá do aprimoramento das condições de segurança jurídica, do aperfeiçoamento do ambiente de negócios e do estabelecimento de uma dinâmica clara e sustentável na gestão econômica, em especial no que concerne ao equilíbrio fiscal. "O ingresso na OCDE deve ser visto como consequência da implementação de boas políticas públicas, mais do que como um objetivo a ser perseguido".

A entrada do Brasil na organização trará melhorias, como uma gestão mais inteligente das políticas públicas. "O país passa a receber informação mais qualificada sobre boas práticas, assim como sobre erros cometidos por outros membros da organização e que poderão ser evitados aqui. Passa a contar, por assim dizer, com uma espécie de consultoria, no marco de um ambiente de diálogo qualificado, o que facilita a definição de políticas públicas mais eficazes, efetivas e eficientes", resume o professor da UnB.

No âmbito da indústria, os desdobramentos serão diversos. "A adesão permitirá, por exemplo, que o Brasil tenha participação ativa nas discussões estratégicas da organização, o que dará maior visibilidade

e reconhecimento internacional para a indústria e para os produtos brasileiros", explica o diretor da CNI.

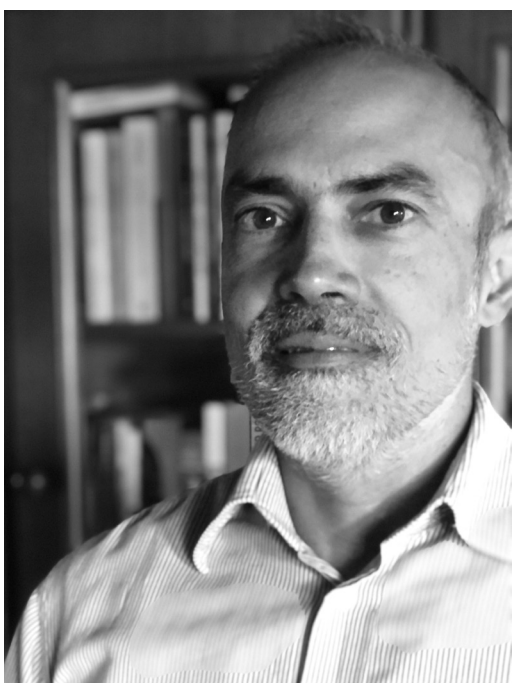
Abijaodi ressalta, ainda, que o alinhamento dos padrões brasileiros aos padrões da OCDE, internacionalmente reconhecidos, irá produzir uma espécie de "selo de qualidade" para o ambiente de negócios do país, resultando em maior segurança jurídica, previsibilidade e competitividade e, consequentemente, impactando no seu crescimento econômico.

## INFLUÊNCIA AMERICANA

A despeito de o processo de adesão do Brasil à OCDE, em especial nos últimos dois anos, ter sido impulsionado muito em virtude do relacionamento entre o atual governo e a gestão de Donald Trump, a previsão é de que a mudança de governo que acontecerá nos Estados Unidos a partir de 2021 não impacte as ambições brasileiras.

Como ressalta o professor de Relações Internacionais da UnB, "embora os EUA sejam um país muito influente no ambiente internacional, estamos falando de uma organização composta por 37 países, com suas regras e procedimentos". "Tanto é assim que o suposto patrocínio dos Estados Unidos não implicou qualquer mudança de atitude da OCDE no recebimento da proposta brasileira", avalia Antônio Jorge Ramalho.

Para o diretor da CNI, o excelente histórico de relacionamento do governo brasileiro com os Estados Unidos, incluindo aí os governos democratas, vai garantir a continuidade do processo. "Estamos acompanhando a formação da equipe do presidente eleito e a nossa expectativa é de haver um avanço em relação à acessão do Brasil à OCDE em 2021", diz Abijaodi. ■



"O ingresso na OCDE deve ser visto como consequência da implementação de boas políticas públicas, mais do que como um objetivo a ser perseguido", diz o professor de Relações Internacionais da UnB Antônio Jorge Ramalho

# As fábricas são escolas produtivas

▼
Não existe desenvolvimento econômico sem um setor industrial pujante", diz Paulo Gala

DEFENSOR DO CONHECIMENTO COMO MOTOR DA PROSPERIDADE, PAULO GALA FALA SOBRE A FUNÇÃO DA INDÚSTRIA NA CONSTRUÇÃO DE RIQUEZA

Economista, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e autor do livro *Brasil, uma economia que não aprende*, Paulo Gala é enfático ao relacionar o desenvolvimento econômico de um país à sua capacidade de aplicar conhecimento à produção. "Países emergentes apenas usam as máquinas; países ricos produzem as máquinas no coração de seus sistemas industriais".

**Como o senhor avalia a política industrial do Brasil?** Erros de política industrial não significam que ela não funciona. O fato de o Brasil não ter conseguido avançar mais no mercado mundial significa apenas que não executou essa política de maneira adequada, com destaque para metas de exportação, de sofisticação tecnológica e de conquista de mercados mundiais. Abrir mão de políticas industriais significa abrir mão da possibilidade de se desenvolver.

**Em que medida o sistema financeiro pode potencializar a atividade industrial?** O salto de escala e tecnológico das indústrias de países pobres e de renda média não vai ocorrer sem políticas adequadas que recuperem o papel dos bancos públicos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A experiência asiática da segunda metade do século XX

demonstra que é incontornável a constituição de um sistema financeiro formado pela interação virtuosa entre grandes bancos comerciais públicos e privados.

**Entre as demandas do setor industrial para a retomada econômica está o prolongamento dos programas emergenciais de financiamento e da política de expansão de crédito. Qual é a sua opinião sobre essa sugestão?** A implosão da economia brasileira em 2014 e 2015 arrastou nossa indústria para uma monumental queda até hoje não recuperada. O pouco que crescemos foi baseado em serviços de baixa qualidade e na geração de empregos com salários menores e mais precários. O auxílio emergencial, somado a uma taxa de câmbio mais desvalorizada e juros Selic no nível mínimo, trouxe novas perspectivas. Tudo isso deveria ser mantido em 2021, claro que com níveis menores do auxílio emergencial.

**O senhor costuma dizer que "a indústria é a escola produtiva da economia". O que isso significa exatamente?** O conhecimento formal codificado, com alfabetização, conhecimento matemático e científico, é importante para adquirir habilidades necessárias à prática profissional. Mas é na prática em si que o conhecimento do tipo não codificado, que se manifesta no *know-how* embutido em rotinas inconscientes e muitas vezes complexas, é compreendido e internalizado. Isso ocorre, em geral, no setor manufatureiro e de serviços complexos atrelados. A indústria converte o capital humano aprendido nas escolas em produtos e serviços de alto valor agregado.

**E como o setor industrial contribui para a formação desse conhecimento?** Embora muitas empresas de países em desenvolvimento possam adquirir máquinas para atividades básicas de produção e contem com razoável disponibilidade de trabalhadores qualificados, falta-lhes a capacidade de produzir novas tecnologias e novas máquinas. Tecnologias demandam um complexo processo de aprendizagem produtiva. Esse tipo de dinâmica de inovação e aprendizagem se encontra, na maioria das vezes, no setor industrial. Países emergentes apenas usam as máquinas; países ricos produzem as máquinas no coração de seus sistemas industriais.

**Um dos problemas do país é a baixa escolaridade da população. Em que medida reverter esse cenário vai contribuir para o crescimento da produtividade industrial?** É ilusório acreditar que a mera escolarização da população será capaz de elevar a produtividade aos níveis requeridos pela competitividade global. A transformação estrutural em tempos de acelerada evolução tecnológica requer uma estratégia de aprendizagem tecnológica eficaz. Para tanto, é preciso identificar os hiatos de conhecimento nas indústrias e as políticas que podem ser implementadas para lidar com essas deficiências.

**Qual é a relevância da indústria para o desenvolvimento econômico de uma nação?** Desenvolvimento econômico é o acúmulo de capital humano e de conhecimento de uma sociedade que se traduz na capacidade de produzir bens e serviços complexos. E o setor industrial é o único capaz de converter o acúmulo de conhecimento em produtos e serviços que geram a riqueza das nações. Quando um país enriquece, a indústria perde participação relativa no PIB, mas continua enorme em termos absolutos. Países ricos têm a maior produção industrial do mundo, tanto em termos absolutos quanto *per capita*. Não existe desenvolvimento econômico sem um setor industrial pujante. ■

# Indústria e

## BRASIL PODE SER LÍDER DA BIOECONOMIA MUNDIAL

Em artigo publicado no jornal *O Globo*, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou o potencial do Brasil para ser líder mundial da bioeconomia, um mercado em franca ascensão. Ele defendeu o estabelecimento de uma política nacional sobre o tema. Segundo o BNDES, o país movimenta cerca de US$ 326 bilhões nessa área, valor muito abaixo do que a União Europeia já movimentava em 2015 (US$ 2,4 trilhões). De acordo com projeção da OCDE, em uma década, a bioeconomia representará 2,7% do PIB dos países mais ricos.

## PRÊMIO *EMPREENDEDOR SOCIAL* ANUNCIA VENCEDORES

Foram anunciados, no dia 7 de dezembro, os vencedores do prêmio *Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19*. Realizado pelo jornal *Folha de S.Paulo* e pela Fundação Schwab, com patrocínio do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o concurso elegeu as 30 melhores iniciativas no enfrentamento da pandemia no país. Foram reconhecidas as ações em três categorias diferentes: Ajuda Humanitária, Mitigação da Covid-19 e Legado Pós-Pandemia.

# m Ação

## EDIÇÃO ESPECIAL DO *TORNEIO SESI DE ROBÓTICA* TEM 18 FINALISTAS

Dezoito equipes foram classificadas para a fase final do *Torneio SESI de Robótica – Desafio Relâmpago – Volta às Aulas*. Na primeira etapa, estudantes de escolas públicas e privadas e equipes de garagem de todo o país desenvolveram e enviaram soluções para dificuldades impostas pela pandemia. Cada uma das 18 equipes selecionadas, formadas por jovens de 9 a 18 anos, passará agora por uma entrevista online com todos os juízes da competição. Os vencedores serão conhecidos ainda em dezembro.

## SEGURANÇA JURÍDICA PARA ATRAIR INVESTIMENTOS PRIVADOS

Segurança jurídica e marcos legais consistentes são essenciais para atrair novos investidores para o Brasil. A afirmação foi feita pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, durante o *18º Encontro Nacional dos Advogados do Sistema Indústria* (ENASI), realizado virtualmente no dia 12 de novembro. O debate, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), reuniu ainda seu diretor jurídico, Helio Rocha, e o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), além de palestrantes de diferentes instituições.

## INDÚSTRIA OTIMISTA COM RESULTADO DA ELEIÇÃO AMERICANA

A CNI vê com bons olhos a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais americanas e acredita que o resultado permitirá a continuidade das negociações dos acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. A indústria brasileira tem histórico de bom relacionamento com governos democratas. Durante o mandato do ex-presidente Barack Obama, do qual Joe Biden foi vice, Brasil e Estados Unidos avançaram em importantes agendas comuns, com a assinatura de acordos sobre aviação civil, previdência e cooperação econômica e comercial.

# Um lugar na governança da biodiversidade

SETOR PRIVADO AGUARDA A REGULAMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE NAGOIA, PELO GOVERNO FEDERAL, PARA QUE O PAÍS POSSA SENTAR-SE À MESA DE NEGOCIAÇÕES SOBRE BIODIVERSIDADE



A ratificação do Protocolo de Nagoia, aprovado pelo Congresso Nacional, poderá ampliar a influência brasileira na agenda internacional sobre biodiversidade quando as medidas previstas no acordo forem implementadas pelo governo.

Gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo explica que, além de posicionar melhor o Brasil num fórum de discussões mais estratégicas, a adesão ao protocolo vai proporcionar maior segurança jurídica ao país.

Segundo ele, “o protocolo vai permitir, por exemplo, que quando uma empresa de cosméticos localizada na Suíça acesse recursos biológicos no Brasil ela tenha que repartir seus benefícios com o Brasil, de acordo com a legislação brasileira”. O protocolo, nesse caso, daria ao país a segurança de que a Suíça garantisse essa repartição.

Na mesma linha, o advogado João Emmanuel Cordeiro Lima, especialista em direito ambiental e professor da Fundação Getulio Vargas em São Paulo (FGV-SP), diz que "enquanto não formos parte do tratado, não poderemos atuar na defesa dos nossos interesses".

O protocolo é um acordo acessório à Convenção sobre Diversidade Biológica, elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92). Foi concluído durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção (COP-10), em 2010, no Japão, e assinado pelo Brasil no ano seguinte. Por ser um tratado

▲
Veja a íntegra do Fórum Bioeconomia e a Indústria Brasileira

O Protocolo de Nagoia foi concluído durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção (COP-10), em 2010, no Japão, e assinado pelo Brasil no ano seguinte. Para entrar em vigor, contudo, ainda precisa ser regulamentado pelo governo federal

internacional, dependia de aprovação do Congresso Nacional. Agora, precisa ser regulamentado pelo governo federal.

O acordo prevê regras para a divisão, entre os países, dos benefícios resultantes de pesquisas genéticas com a biodiversidade e a utilização do conhecimento tradicional de comunidades indígenas e locais. Abrange pontos como pagamento de royalties, financiamentos de pesquisa, compartilhamento de resultados, transferência de tecnologias e capacitação e acesso de um país a recursos genéticos de outro, como plantas e animais, mediante negociações prévias.

"A regulamentação vai dar uma sinalização para o mundo de que o país, de fato, tem uma agenda de desenvolvimento sustentável", explica Lima. Segundo ele, medidas relacionadas à biodiversidade ainda estão em fase de implementação e a ratificação permitirá ao Brasil ter voz nos fóruns internacionais. O protocolo já está em vigor em âmbito internacional desde outubro de 2014 e conta, atualmente, com 124 partes, incluindo parceiros relevantes do Brasil, como China, União Europeia e Argentina.

Adriana Diaféria, vice-presidente executiva do Grupo FarmaBrasil (GFB), afirma que a ratificação traz um cenário relevante porque hoje há um movimento no setor farmacêutico internacional para

padronização de regras. “Isso abre a possibilidade de expansão da indústria brasileira para novos mercados devido à nossa biodiversidade”, disse ela durante evento do Fórum Bioeconomia e a Indústria Brasileira, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 26 de novembro.

Segundo a executiva, é preciso que as leis e práticas no país estejam em harmonia com as diretrizes internacionais, de forma a permitir a expansão dos mercados. Só assim, diz, o país poderá influenciar as negociações internacionais sobre repartição de benefícios pelo uso dos recursos da biodiversidade. “Tudo isso é fundamental, especialmente para o setor farmacêutico brasileiro, que está com uma lógica de internacionalização cada vez mais forte”, afirmou Adriana Diaféria.

Conforme dados do Ministério do Meio Ambiente, o país abriga 20% do total de espécies do planeta. São mais de 103.870 animais e 43.020 vegetais já catalogados e espalhados pelos nossos seis biomas e três grandes ecossistemas marinhos, sem contar os inúmeros outros organismos. “Se somos o país mais diverso do mundo, a gente tem muito a ganhar com repartição de benefícios, uma vez que temos muito o que prover”, afirma o advogado João Emmanuel Cordeiro Lima.

## POTENCIAL DESCONHECIDO

A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) vai na mesma linha. “O Brasil abriga a maior biodiversidade do planeta, mas suas propriedades bioquímicas ainda são pouco conhecidas. Os ganhos também serão imensos para o desenvolvimento da indústria brasileira, considerando que a exploração sustentável desses recursos será facilitada e os benefícios derivados deverão ser repartidos de maneira justa entre quem provê e quem explora. A importância central do acordo é a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos da biodiversidade”, afirma.

“O Brasil abriga a maior biodiversidade do planeta, mas suas propriedades bioquímicas ainda são pouco conhecidas”, diz a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Segundo ela, apesar do imenso patrimônio genético pouco conhecido, “as principais espécies comerciais exploradas pelo agronegócio nacional, como soja, milho, algodão, eucalipto, bovinos e aves, tiveram origem em outros países”. Thronicke diz que o ser humano depende cada vez mais da diversidade biológica para a sua própria sobrevivência.

“Acredito que é de interesse de todos estarmos nesse acordo. Sempre defendi que o agro e o meio ambiente devem estar juntos, em equilíbrio, nem mais nem menos um do outro! Só assim crescemos economicamente, preservamos com consciência e levamos desenvolvimento para o Brasil e o mundo”, argumenta. “Quanto mais conhecemos tecnicamente nossa biodiversidade, mais conseguimos protegê-la. O desenvolvimento sustentável vem com a fiscalização da biodiversidade existente entre os países que fazem parte do protocolo”, defende a senadora.

Para João Emmanuel Cordeiro Lima, “o Protocolo de Nagoia é um grande livro a ser escrito. Nós temos apenas a moldura; muita coisa ainda precisa ser desenhada”. Segundo ele, governo e setor privado precisam discutir o desenho da regulamentação do protocolo. “A indústria e as entidades ligadas à pesquisa sabem como essa exigência de seguir legislações estrangeiras impactará seus negócios”, diz o advogado. ■

▼
Votações online foram fundamentais para permitir a tramitação de projetos importantes como o *Novo Marco do Saneamento Básico*, já sancionado pelo Executivo, e a *Nova Lei do Gás*, aprovada na Câmara e que aguarda votação no Senado.

# Avanços em meio à crise

APESAR DO ANO ATÍPICO, COM A PANDEMIA, E DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, PAUTAS IMPORTANTES DA *AGENDA LEGISLATIVA* DA INDÚSTRIA FORAM VOTADAS NO CONGRESSO NACIONAL EM 2020

O início do ano legislativo no Congresso Nacional coincidiu com o começo da pandemia do novo coronavírus. Assim, num primeiro momento, a agenda do parlamento se reestruturou de modo a priorizar questões urgentes para enfrentar a crise. O foco era manter a atividade econômica do país e a renda dos trabalhadores.

Passados os primeiros meses mais críticos, entretanto, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal se organizaram e fizeram avançar pautas estratégicas não só para a indústria, mas para a economia brasileira como um todo. Nesse contexto, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) teve papel fundamental no embasamento de votações e no apoio à mobilização empresarial e política em torno dos principais temas aprovados, afirmam parlamentares.

Segundo Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI, houve avanços em 30 proposições, alinhadas com o que era factível e possível num contexto de crise. Na maioria dos casos, novos marcos regulatórios melhoraram o ambiente para investimentos e alinharam as regras nacionais a padrões internacionais. “Muitos pontos da nossa agenda legislativa de 2020 passaram a ser estratégicos, mesmo com uma abordagem um pouco diferenciada. Isso privilegiou a economia como um todo e o setor produtivo”, avalia a diretora da CNI. As proposições foram aprovadas em sessões remotas de cada Casa legislativa ou em sessões conjuntas.

Uma das grandes conquistas do ano foi a aprovação do *Novo Marco do Saneamento Básico*. A nova lei moderniza o setor mais atrasado da infraestrutura brasileira, com a expectativa de mudar a realidade de 100 milhões de pessoas que não possuem coleta e tratamento de esgoto.

Na Câmara, a aprovação do projeto que estabelece a *Nova Lei do Gás* foi outro ponto relevante, que avançou com celeridade. Ele simplifica e agiliza o modelo para construção de novos gasodutos de transporte e armazenamento de gás e garante o acesso não discriminatório à rede de transporte. O texto aguarda votação no Plenário do Senado, com relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Houve, ainda, avanços em torno das reformas tributária e administrativa e de temas como financiamentos para pequenas e médias empresas e dispensa da obrigatoriedade da certidão negativa de débitos da Seguridade Social durante o período da calamidade pública, entre outras propostas.

"Mesmo com restrições severas, conseguimos nos adequar ao novo contexto. Tivemos apoio do Congresso, que se apoiou em nós também. Houve confiança estreita entre as partes e isso foi muito importante para avançar em pautas relevantes", diz Mônica Messenberg.

▸ "Temos grande admiração e respeito pelo papel da CNI na defesa do empreendedorismo e da produção industrial", afirma o senador Paulo Paim (PT-RS).

No novo contexto, a CNI passou a fazer encontros online com parlamentares e foi ainda mais demandada por informações. "O trabalho técnico da CNI tem um histórico de respeitabilidade e seriedade. Isso faz com que até parlamentares que não adotam nossos encaminhamentos peçam nossas informações para subsidiar o entendimento da matéria", explica a diretora.

No Legislativo, os parlamentares são unânimes em reconhecer que a CNI desempenhou, ao longo de 2020, um importante trabalho de auxílio aos debates e às votações.

## DADOS E ESTUDOS

O senador Paulo Paim (PT-RS) declara sua admiração pelo trabalho da entidade, que apresenta dados técnicos para embasar discussões e expor com clareza as necessidades do setor industrial. O petista cita como exemplo as discussões em torno da Medida Provisória 944, de 2020. A MP instituiu o *Programa Emergencial de Suporte a Empregos* (PESE), transformado na Lei 14.043/2020, que versa sobre o financiamento à folha de pagamentos das micro, pequenas e médias empresas.

"A Confederação Nacional da Indústria desempenha um importante trabalho de subsídio ao parlamento. Temos grande admiração e respeito pelo papel da CNI na defesa de políticas públicas que propiciem o empreendedorismo e a produção industrial", afirma Paulo Paim.

"Também apresentamos nosso ponto de vista. Tivemos algumas divergências ao longo do processo de análise da medida provisória, mas sempre prezando pelo diálogo e respeito. As diversas visões do caminho a seguir, para alcançar um objetivo em comum – no caso a manutenção do emprego, da renda e da própria atividade econômica –, são normais dentro do processo democrático", avalia o senador gaúcho.

Já o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) considera que a entidade teve "papel importantíssimo" no embasamento de votações das propostas nas áreas vinculadas a ciência, tecnologia, inovação e pesquisa. Autor da

matéria que propõe o fim do contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ele conta que o tema "teve uma participação ativa da CNI e também da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), no sentido de assessorar os parlamentares para que a matéria seja votada o mais rapidamente possível".

Aprovada no Senado Federal em agosto, a proposta aguarda apreciação do requerimento de urgência na Câmara para ir ao plenário. O projeto determina que não serão objeto de limitação as despesas, na execução orçamentária do Poder Executivo, relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas pelo fundo criado para essa finalidade.

A opinião sobre o protagonismo da CNI no trabalho legislativo é compartilhada pelo deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ). Relator do projeto que propõe uma ampla alteração na *Lei de Recuperação Judicial e de Falências*, ele afirma que a participação da entidade foi fundamental para munir o debate com informações técnicas de qualidade em torno do tema.

A matéria foi aprovada pela Câmara (PL 4458/2020) em agosto; em novembro, .pelo Senado Federal (PL 6229/2005); e aguarda sanção presidencial, o que deve acontecer até o dia 24 de dezembro.

"Foi muito importante a participação da CNI, que nos ajudou com informações, dados e análises da situação da indústria nacional, particularmente neste momento de pandemia. As entidades representativas da sociedade devem cumprir seu papel nos debates legislativos e é nosso dever, no Congresso Nacional, estar em permanente contato para ouvir suas demandas", defende o deputado fluminense.

"O texto é fruto de quase dois anos de trabalho em que participei de debates com magistrados, juristas, advogados, especialistas e, naturalmente, empresários, já que nosso objetivo central era dar celeridade e segurança jurídica aos processos de recuperação judicial e falência para preservar empresas e empregos", explica Hugo Leal. ■

# Problemas urbanos e desmatamento preocupam

COORDENADOR DA FRENTE AMBIENTALISTA, RODRIGO AGOSTINHO DEFENDE UMA VISÃO AMPLA SOBRE O TEMA, COM CONTROLE DO DESMATAMENTO E USO DO POTENCIAL BIOECONÔMICO DO PAÍS



O deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP) afirma que o maior desafio do país, hoje, está em conter o desmatamento das nossas florestas e dos nossos biomas. "Nós estamos perdendo mais de um milhão de hectares de floresta por ano, de forma ilegal ou legal", diz o parlamentar. "Precisamos olhar para o desmatamento e ao mesmo tempo olhar para os problemas urbanos", argumenta o deputado, que foi prefeito de Bauru-SP por duas gestões.

**Quais são os principais desafios ambientais no Brasil?** O mundo inteiro está muito preocupado com a questão das mudanças climáticas, então todos estão investindo de maneira muito intensa numa mudança de matriz energética. Estamos saindo de uma revolução industrial que foi baseada na queima de carbono e queima do petróleo para uma nova transição rumo à energia solar e eólica. Os carros provavelmente serão híbridos ou elétricos. Para que isso possa de fato acontecer, para que o mundo possa diminuir os impactos das mudanças climáticas, é muito importante que países que são grandes emissores — como o Brasil, que é o hoje o sexto maior emissor de gás estufa — façam sua lição de casa.

**O que é preciso fazer aqui?** Para o Brasil, a lição é interromper o ciclo de desmatamento. Nós estamos perdendo mais de um milhão de hectares de floresta por ano, de forma ilegal ou legal. O mundo quer que o Brasil pare de desmatar porque senão não vai fazer sentido que o mundo pare com desmatamento e com emissões decorrentes da queima de petróleo e o Brasil continue desmatando. O cuidado com as florestas tropicais é essencial para a manutenção do clima da Terra. O Brasil não é o país com mais floresta no mundo, mas é o com mais floresta tropical. Eu, particularmente, acredito que o maior desafio hoje está em conter o desmatamento das nossas florestas e dos nossos biomas.

**Além do desmatamento, que outros desafios o senhor consegue identificar?** O Brasil também tem uma série de complexidades. Só na Amazônia, são 173 etnias diferentes de povos indígenas, 17% da água doce do mundo e mais de 120 milhões vivendo com uma concentração de renda muito alta. Então, nós temos uma série de conflitos sociais e ambientais por todo o país. Alguns problemas ambientais acabam ficando por último. A maior parte dos municípios brasileiros não tem uma arrecadação suficiente para dar conta de todos os desafios e isso inclui uma gestão mais adequada de resíduos sólidos, tratamento de esgoto e saneamento das cidades. Uma coisa não exclui a outra. Precisamos olhar para o desmatamento e ao mesmo tempo olhar para os problemas urbanos.

**Qual é o papel do Congresso nessa agenda de desenvolvimento sustentável?** O Congresso é quem aprova o orçamento da agenda ambiental. Estamos com um orçamento extremamente reduzido e precisamos de

ajuda na sua recuperação. O Congresso, de maneira geral, pode avançar muito na discussão de lacunas legislativas. Há uma legislação boa, ampla, mas temos problemas seríssimos de lacunas que fazem com que a gente tenha uma grande impunidade na área ambiental. O Congresso pode ajudar também garantindo marcos regulatórios importantes para que a gente possa trazer novas soluções para esses desafios já conhecidos. Projetos que estabeleçam, por exemplo, um novo marco regulatório para o mercado de carbono e que possam dar segurança para setores que querem investir e que querem compatibilizar o desenvolvimento com proteção ambiental. O Congresso tem o desafio de criar uma agenda positiva que estabeleça um equilíbrio entre comando e controle.

**De que maneira a frente ambiental vem trabalhando para construir essa agenda?** Nós fazemos debates semanais, estamos com uma lista de projetos prioritários que gostaríamos que fossem votados e buscamos acordos nesses textos. Então, vamos trabalhar para que essa lista seja votada nas próximas semanas e meses e que a gente possa avançar. Sabemos que, para a questão ambiental, da sustentabilidade, não bastam projetos de lei, mas também precisamos construir políticas públicas. O desafio é muito maior do que aprovar projetos de lei. Nós precisamos que as estruturas ambientais do país sejam fortes para que a gente possa enfrentar esses desafios. Nós estamos começando a sofrer pressões externas muito intensas por conta de conflitos sociais e ambientais e isso pode impedir a geração de empregos aqui e prejudicar a indústria nacional.

**Qual a importância da bioeconomia para o desenvolvimento sustentável?** Temos setores da bioeconomia que são bem desenvolvidos, como é o caso do álcool, da indústria de cosméticos e da indústria da biomassa, mas ainda temos setores em situação muito embrionária. O Brasil precisa investir em ciência e tecnologia. Os recursos destinados à pesquisa são muito ruins e todo o sistema de patentes também é muito falho. O Brasil detém 20% das espécies vivas da Terra, então com certeza deveria ser o país líder em investimentos em bioeconomia e bioinsumos. Mas isso não acontece.

**Como mudar essa realidade?** É muito importante que o Brasil trabalhe para criar um ambiente seguro para quem quiser investir em bioeconomia no país. Isso não existe, mas é um tema que cresce todo dia; o mundo inteiro está de olho nisso. O Brasil já regulamentou sua lei de acesso aos recursos genéticos, aprovamos o Protocolo de Nagoia e esses mecanismos criam um ambiente um pouco mais seguro para investimentos. Precisa ter financiamento para isso e recursos para pesquisa. ■

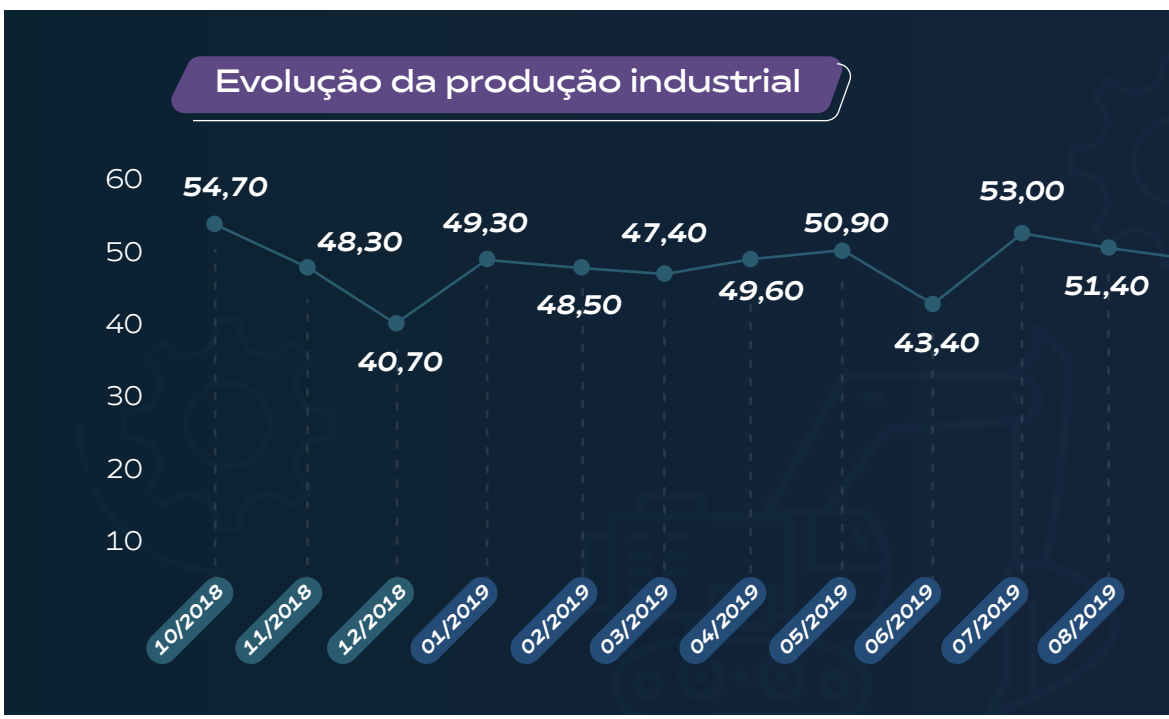
▲ O orçamento precário da maioria dos municípios brasileiros torna mais difícil uma gestão adequada de resíduos urbanos, diz Agostinho

# Produção industrial e contratações em alta

SONDAGEM DA CNI MOSTRA QUE O SETOR INDUSTRIAL OPEROU COM CAPACIDADE ACIMA DA USUAL EM OUTUBRO, AMPLIANDO CONTRATAÇÕES E ATIVIDADE, O QUE CONSOLIDA BOM MOMENTO DA INDÚSTRIA

A indústria brasileira continua dando sinais de recuperação após a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. A produção industrial cresceu pelo quinto mês consecutivo em outubro. O índice de evolução da produção ficou em 58,3 pontos no mês, acima da linha divisória de 50 pontos, refletindo aumento na fabricação, aponta a pesquisa *Sondagem Industrial,* realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Apesar do recuo de 0,8 ponto na comparação com setembro, é possível afirmar que o crescimento da produção em outubro foi intenso e disseminado pela indústria, dado que o índice segue distante da linha de 50 pontos.



As contratações do setor também tiveram nova alta. O índice de evolução do número de empregados ficou em 54,9 pontos, após registrar 55,3 no mês anterior. O índice varia de 0 a 100 e, quando está acima dos 50 pontos, sinaliza aumento do emprego em relação ao mês anterior.

"A atividade industrial ficou acima da usual para um mês de outubro e o aumento das contratações foi significativo, o que é muito importante para a retomada da atividade como um todo. Esses dados consolidam o bom momento da indústria após a forte queda de março e abril", destaca o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

A utilização da capacidade instalada (UCI) média registrou seu sexto mês consecutivo de alta, ficando em 74% em outubro, dois pontos percentuais acima do percentual de setembro.

Apesar das seguidas altas na produção, os estoques continuam em queda e abaixo do desejado pela indústria. Enquanto o indicador de nível de estoques marcou 45,5 pontos, o de estoque efetivo ficou em 43,4 pontos, ambos abaixo dos 50 pontos.

Mesmo com uma leve queda, o otimismo dos empresários para os próximos seis meses continua elevado. "Possivelmente, trata-se de uma acomodação após a rápida recuperação dos efeitos da pandemia", detalha o documento elaborado pela CNI. Os índices permanecem em patamares elevados, acima não só da linha divisória de 50 pontos como de suas respectivas médias históricas. Isso indica que os empresários seguem bastante otimistas.

O índice de expectativa para a demanda ficou em 59,8 pontos em novembro; o índice de expectativa de compras de matérias-primas cravou 58 pontos no mês; o índice de expectativa de número de empregados, por sua vez, registrou 53,5 pontos; enquanto o índice de expectativa de exportação atingiu os 53,9 pontos.

A *Sondagem Industrial* ouviu 1.870 empresas entre os dias 3 e 12 de novembro. Destas, 738 são pequenas, 647 médias e 485 grandes indústrias. ■

# Termômetro



## PRODUTIVIDADE SE RECUPERA NO TERCEIRO TRIMESTRE

Após duas quedas consecutivas, a produtividade do trabalho na indústria cresceu 8% no terceiro trimestre de 2020, na comparação com o trimestre anterior. É o que mostra o estudo *Produtividade na Indústria*, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O volume produzido cresceu 25,8% e as horas trabalhadas, 16,4% no período. Ainda assim, a projeção é que a produtividade feche o ano com uma alta inferior a 1%.

## CONFIANÇA AUMENTA EM 22 DE 30 SETORES INDUSTRIAIS EM NOVEMBRO

A confiança avançou em 22 dos 30 setores da indústria pesquisados pelo Índice de Confiança do Empresário (ICEI) de novembro, da CNI. Isso significa que melhorou a percepção dos empresários quanto às condições atuais da economia brasileira e das empresas. Os setores mais confiantes são os de produtos de borracha e de produtos de madeira. O menos confiante, por sua vez, é o de obras de infraestrutura.

**SAIBA MAIS:**

Use o *QR Code* e tenha acesso à pesquisa diretamente no seu celular.

# Econômico

## ATIVIDADE EM ALTA IMPULSIONA EMPREGOS NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

A indústria da construção manteve a trajetória de crescimento em outubro. O índice de nível de atividade registrou alta pelo terceiro mês consecutivo, estimulando o aumento do emprego e da confiança dos empresários, também motivada pela melhora das condições correntes de negócios. Os dados são da *Sondagem Indústria da Construção*, da CNI, que mostra, ainda, que a intenção de investir também voltou a crescer.

## EMPRESÁRIOS DA REGIÃO SUL ESTÃO MAIS OTIMISTAS

Ainda segundo o *ICEI*, os empresários industriais da Região Sul são os que registram maior confiança do país atualmente, com um índice que alcançou os 65,1 pontos em novembro. Em segundo lugar estão os empresários da Região Centro-Oeste, com 62,4 pontos, seguidos pelos empresários das Regiões Nordeste, com 61,5 pontos; Sudeste, com 61 pontos; e Norte, com 60,8 pontos.

# Giro Brasil



## ▸ PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE EM PERNAMBUCO

A produção industrial de Pernambuco cresceu 7,5% em setembro na comparação com o mesmo período do ano passado. O estado foi o quinto com melhor resultado entre as unidades da federação, registrando um aumento superior à média nacional (3,4%) e à do Nordeste (-19,8%), aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentre os setores que impulsionaram o resultado, destacaram-se a borracha e o plástico (19%), o têxtil (15,0%) e de minerais não-metálicos (14,4%). No acumulado do ano, a indústria pernambucana cresceu 1,8%.

## ◂ FIES LANÇA ESTUDO SOBRE O GÁS EM SERGIPE

A Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES) lançou o estudo *O novo gás de Sergipe: retrospectiva e oportunidades a partir do programa federal – Novo Mercado de Gás*. O documento faz um panorama com informações relevantes e abrangentes sobre o mercado do gás no estado e as oportunidades que o segmento representa, com a possibilidade de atração de investimentos significativos, impactando na melhoria social e econômica de Sergipe por meio da geração de empregos e da ampliação da capacidade de crescimento.

## CINCO EQUIPES DO PARÁ BRILHAM NA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA

As escolas do SESI de Belém e de Altamira, no Pará, conquistaram as primeiras colocações em suas categorias na edição 2020 da *Olimpíada Brasileira de Robótica* (OBR). Elas ocuparam o topo do pódio nas categorias de "modelagem virtual" e "trabalho em equipe", respectivamente. A premiação ocorreu no dia 14 de novembro. Também foram premiadas outras três equipes de escolas SESI de Marabá e Paragominas, que garantiram um empate no 2° lugar, além de um 3° lugar nas categorias "trabalho em equipe" e "maker", com peças feitas pelos próprios alunos.

## PIAUÍ DIVULGA RESULTADO DE PRÊMIO SOBRE BOAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO

A Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) divulgou a relação dos docentes vencedores do *Prêmio SESI e SENAI Boas Práticas na Educação*. O prêmio foi criado com o objetivo de apoiar, estimular, fortalecer e divulgar as práticas bem-sucedidas desenvolvidas nas unidades de educação do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no estado. Entre os projetos vencedores estão uma nova maneira de ensinar a matemática, um projeto sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas novas metodologias de ensino e outro a respeito da estruturação de planos de negócios.

## MORRE RIVALDO NEVES, PRESIDENTE DA FIER

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER), Rivaldo Fernandes Neves, morreu no dia 19 de novembro, em São Paulo, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC). Ele tinha 72 anos. A FIER afirmou, em homenagem, que Rivaldo Neves deixa um legado de seriedade, compromisso e amor por Roraima. Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) destacou que Neves era integrante do Fórum Ação Pró-Amazônia e da Diretoria da CNI, e que deixa um importante exemplo de empreendedorismo para o Brasil.

# A academia SENAI de Segurança 4.0

COM PORTFÓLIO DE 17 CURSOS E TECNOLOGIA DE PONTA, SENAI INAUGURA NOVA FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA PROTEÇÃO DE DADOS E SISTEMAS DE EMPRESAS



Não importa se você tem uma pequena ou uma grande empresa. Certamente você utiliza trancas e cercas, conta com serviço de vigilantes ou mesmo sistema de câmeras. E em um mundo com mais tecnologia, no qual tudo que fazemos depende de um computador, pensar em segurança vai muito além da instalação de mais um ferrolho nas portas.

Os criminosos também se modernizaram e agora agem em frente ao computador ou ao celular. Um hacker pode obter informações confidenciais de uma empresa quando um colaborador acessa um simples e-mail. Um ataque cibernético é capaz de interromper o fornecimento de energia em cidades, bloquear a utilização de algum sistema interno ou expor informações pessoais de clientes. A empresa atacada pode perder, em poucos minutos, dinheiro e credibilidade junto a clientes e fornecedores.

Acompanhando essa nova realidade provocada pela revolução digital, o SENAI lançou a Academia SENAI de Segurança Cibernética no dia 10 de dezembro, inspirada nas práticas internacionais mais modernas.

"Mais do que ambientes altamente tecnológicos e seguros, a academia do SENAI tem o objetivo de formar profissionais especializados, prestar serviços e consultorias e expandir a cultura da cibersegurança para as indústrias e a sociedade. Com essa iniciativa, o SENAI se estabelece como um importante ator na área de segurança da informação", afirma Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI.

A nova empreitada nasce com um portfólio de 17 cursos. Metade deles já era oferecida e pode ser adquirida por meio da plataforma *Mundo SENAI*, mas a outra metade é completamente nova e estará disponível a partir de 2021.

Nesse primeiro momento, cinco cidades brasileiras inauguraram simultaneamente estruturas físicas (dentro de unidades do SENAI) que contarão com modernos equipamentos e laboratórios para oferecer aulas presenciais, mas que também promoverão aulas online síncronas (ao vivo e com presença obrigatória virtual): Brasília, Fortaleza, Londrina (PR), Vitória e Porto Alegre.

O carro-chefe da Academia SENAI de Segurança Cibernética é o *Curso prático de simulação hiper-realista de ataques cibernéticos,* um curso de aperfeiçoamento totalmente prático com o objetivo de preparar profissionais para lidar com ataques cada vez mais complexos e capacitá-los para mitigar tais situações.

"O setor militar em todo o mundo já aprendeu que os ataques cibernéticos podem ser tão letais quanto ataques físicos e com bombas, e realiza simulações constantes para se prevenir", explica Carlos Rust, presidente da RustCon. A empresa é uma das pioneiras em consultorias de estratégias de defesa em segurança cibernética e sua tecnologia é utilizada pelo Exército Brasileiro há anos.

De acordo com o especialista, para garantir a segurança cibernética, não basta comprar um firewall para proteger dados; é preciso fazer mais. "70% da vulnerabilidade das empresas está no comportamento das pessoas. Por isso, é preciso investir em treinamento, em prevenção, na defesa – onde entram o monitoramento, detecção

POR QUE É IMPORTANTE CUIDAR DA

## segurança cibernética da sua empresa?

### O QUE AS EMPRESAS PERDEM COM OS ATAQUES?

- SEGREDOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL PODEM SER REVELADOS
- SITES E PERFIS EM REDES SOCIAIS PODEM SER TIRADOS DO AR
- BANCO DE DADOS E INFORMAÇÕES DE CLIENTES PODEM SER DESCOBERTOS
- SISTEMAS E PROGRAMAS UTILIZADOS INTERNAMENTE PODEM SER INTERROMPIDOS
- CONFIANÇA E CREDIBILIDADE COM CLIENTES, INVESTIDORES E PARCEIROS DE NEGÓCIOS PODEM SER COMPROMETIDOS

### O QUE OS HACKERS GANHAM COM OS ATAQUES?

- ALTOS VALORES DE RESGATE DOS DADOS E SISTEMAS
- PRODUÇÃO DE CAOS SOCIAL E INSEGURANÇA, RAZÃO PELA QUAL SÃO CONHECIDOS COMO CIBERTERRORISTAS
- INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS PARA VENDER EM UM MERCADO PARALELO
- DEMONSTRAÇÃO DE VULNERABILIDADES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPRESAS
- ATUAÇÃO ESPECÍFICA DE ESPIONAGEM, PARA REPASSAR SEGREDOS PARA A CONCORRÊNCIA

▲ A pandemia incentivou o home office, mas fragilizou a segurança das empresas, cujos sistemas agora são mais vulneráveis por suas conexões externas e domésticas

▲ Jean Novak, hoje especialista em Segurança da Informação do SENAI, conquistou a medalha de bronze em Segurança Cibernética com Raissa Constante na *WorldSkills 2019*

e reação – e na capacidade de antecipar ataques por meio de simulações", detalha Rust.

## DEMANDA POR PROFISSIONAIS

A segurança cibernética tornou-se uma necessidade básica em qualquer empresa. O Brasil sofreu mais de 3,4 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos entre janeiro e setembro deste ano, segundo um levantamento divulgado pela Fortinet, empresa estadunidense que desenvolve e comercializa softwares.

Os números impressionam e mostram que todos estão suscetíveis e podem ser vítimas de chantagens de hackers que buscam formas de ganhar dinheiro por meio do sequestro de dados. Isso está diretamente associado às transformações provocadas pela pandemia do novo coronavírus.

"O home office estendeu a empresa até a casa do colaborador, tornando as empresas mais suscetíveis a ataques", destaca o especialista em Segurança da Informação, Jean Novak.

Jean conquistou a medalha de bronze, em parceria com Raissa Constante, na *WorldSkills 2019*, na Rússia, na primeira vez em que a prova de Segurança Cibernética foi realizada na história da competição. Hoje contratado pelo SENAI, ele é um dos profissionais que estão à frente do desenvolvimento dos cursos da Academia de Segurança Cibernética da instituição.

"Garantir a segurança da informação é primordial e faltam profissionais qualificados nessa área. A demanda por eles tem aumentado, mas vai aumentar ainda mais", afirma Jean. De acordo com estimativas da Cybersecurity Venture, líder mundial em pesquisas de cibereconomia global, o setor de cibersegurança deve gerar 3,5 milhões de postos de trabalho até 2021 no mundo.

A entrada em vigor da Lei 13.709/18, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em agosto deste ano, também está movimentando o setor. Outro relatório da empresa Fortinet mostra que 68% das organizações lutam para recrutar, contratar e reter talentos de cibersegurança em todo o mundo.

Carlos Rust explica que o mercado de segurança cibernética é muito novo. "As empresas começaram a se preocupar com isso de verdade há um ano e é normal que não existam profissionais qualificados para atender a uma demanda em franca ascensão, mas a academia do SENAI já vai fazer uma grande diferença na capacitação dos profissionais", diz. ■

▼ Peça publicitária da nova formação do SENAI

▲

**FLÁVIA TAMPELLI**

bolsista no curso de Design de Moda no SENAI Cetiqt

# pode contar

Eu sou muito orgulhosa da minha história, porque é você acreditar nos seus sonhos. Aquela história de que os sonhos não se realizam não existe, porque eles se realizam e você pode conquistá-los. Você só precisa correr atrás, ter força de vontade e não desistir dos seus objetivos. O SENAI é uma grande família para mim, porque quando ele vê que o aluno se dedica, ele oferece as oportunidades para se destacar. Não tenho do que reclamar; tudo que os alunos têm ideia, como abrir uma empresa, eles abraçam. Eles abriram a porta de um sonho para mim, que eu não achava ser possível.

A opinião de articulistas convidadas e convidados não necessariamente reflete a da CNI.

# O impacto da transformação digital no setor de alimentos e bebidas

por BRUNO SACUTE IÓRIO

especialista de produtos da Mitsubishi Electric

Globalmente, o setor de alimentos e bebidas é essencial para a vida das pessoas, assim como para a economia dos países, e o Brasil é considerado uma potência nesse segmento, com exportação para mais de 180 países, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA).

Em 2019, o setor faturou quase R$ 700 bilhões, o equivalente a 9,7% do PIB nacional, valor 6,7% superior ao registrado em 2018. Tais números expressivos foram atingidos graças à industrialização, iniciada ainda nas décadas de 1980 e 1990, e sua constante transformação, por meio de processos de digitalização e automação industrial.

Essa transformação digital, ou indústria 4.0, possibilitou às fábricas efetuarem a manutenção remota de uma máquina ou rastrear as etapas de produção, desde a origem da matéria-prima até o envio do produto ao varejo. Esse nível de automação refletiu diretamente na redução de custos com energia e impactos ambientais.

Mais adiante, por meio da combinação de Inteligência Artificial (IA) e Internet das Coisas (IoT), a indústria ganhou mais um aliado na tomada de decisões sensíveis. Agora, por meio de algoritmos de inteligência artificial, pode-se decidir, com base na análise do banco de dados, pela liberação ou rejeição de lotes inteiros de um produto.

Esses algoritmos também permitem analisar diversas variáveis externas envolvidas no planejamento de compra de matéria-prima, armazenamento e logística, tais como clima, preferências regionais, sazonalidade, composição do produto, entre muitas outras. A partir dos dados de consumo, é possível fazer a solicitação com base na demanda, reduzindo desperdícios e aumentando a assertividade.

Além disso, essas novas tecnologias contribuem de forma decisiva para o cumprimento de normas sanitárias, como da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e de outros órgãos regulatórios, permitindo identificar rapidamente desvios ao longo da produção e viabilizando, em casos extremos, a realização de um recall.

Apesar de a automação já ser uma realidade em grande parte da indústria de alimentos e bebidas, ainda há muito o que evoluir, principalmente por parte de fábricas pequenas, que sofrem com escassez de mão de obra especializada e ainda empregam muitos processos manuais. O que falta, muitas vezes, é capacidade de investimento, seja por dificuldade no acesso ao crédito ou por falta de um cenário econômico mais favorável, mas isso já seria assunto para outro artigo. ■

Por trás do seu tênis, há o trabalho de milhares de brasileiros
E assim como ele, todos os produtos são o resultado de processos industriais que envolvem milhares de pessoas.
É um trabalho feito por muita gente para você. Por isso, o seu consumo garante empregos, gera crescimento e fortalece o nosso país.
Valorize e consuma produtos nacionais.
Pelo futuro da indústria, pelo futuro dos brasileiros.
www.senai.br
www.sesi.org.br
SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

CNI

*Confederação Nacional da Indústria*

**PELO FUTURO DA INDÚSTRIA**